

Senado quer dar última palavra sobre acordos

Para senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, negociações do governo favorecem Estados ricos

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — Os senadores querem ser ouvidos sobre os acordos que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, está fechando com governadores em torno das dívidas estaduais. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse ontem que sem a aprovação do Senado os acordos são inconstitucionais. "A Constituição determina que a fixação dos limites e critérios para o endividamento de União, Estados e municípios é uma atribuição do Senado."

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Gilberto Miranda (PMDB-AM), concorda e garante que a última palavra será dada pelo Senado. O vice-líder do governo, Vilson Kleinubing (PFL-SC), acha que qualquer modificação nas regras do

endividamento de Estados ou municípios precisa ser analisada pelo Senado. "Mesmo porque precisamos verificar se o critério que está sendo utilizado é igual para todos."

Insatisfação — Os parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste manifestam abertamente insatisfação com as negociações que, para eles, estão beneficiando os Estados ricos, em detrimento dos pequenos e pobres. A principal tese defendida por esses senadores é que o governo está dando um forte subsídio aos Estados que possuem dívidas mobiliárias (em títulos).

Essas dívidas estão sendo renegociadas pelo prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano. São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul respondem por 89% das dívidas mobiliárias. Os Estados pequenos ou mais

pobres têm dívida contratual pequena e nenhuma dívida mobiliária. "As dívidas contratuais dos Estados pequenos e pobres não chegam à metade das dívidas mobiliárias dos quatro grandes, que estão sendo renegociadas", disse Miranda. Ney Suassuna (PMDB-PB) quer que o governo dê tratamento semelhante às dívidas contratuais. "Dívida é dívida, qualquer que seja sua origem ou natureza."

Miranda prepara projeto prevendo que as dívidas fundadas dos Estados serão renegociadas com a União pelo

prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano e carência de 90 dias. "Vamos tentar resolver os problemas dos 18 Estados que ficaram fora das negociações do governo." Ele espera apresentar o projeto à Comissão de Assuntos Econômicos logo depois do segundo turno das eleições.

MIRANDA
PREPARA
PROJETO PARA
OS EXCLUÍDOS